



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002056-35.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **CLAUDEMIR ELEUTERIO**
 Requerido: **Maria Fernanda Piassi Pereira Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

CLAUDEMIR ELEUTÉRIO ajuizou ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C.C. OBRIGAÇÃO DE FAZER em face de MARIA FERNANDA PIASSI PEREIRA ME.

Alegou o autor na inicial que vendeu seu veículo à requerida e que a mesma não providenciou a transferência do bem para o seu nome. Argumentou que tentou por diversas vezes a solução de tal pendenga, amigavelmente, mas sem sucesso. Requereu indenização por dano moral. Pediu a antecipação da tutela para o bloqueio do veículo bem como para que débitos referentes ao inanimado sejam lançados em nome da postulada. Culminou por pedir que a requerida seja obrigada a fazer a transferência do bem para seu nome, sob pena de multa.

A inicial veio instruída com documentos.

Pela petição de fls. 18/19 o autor esclareceu que não chegou a comunicar a venda para a autoridade de trânsito e que entregou o recibo de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

venda para a postulada para que esta tomasse referida providência. Argumentou que a financeira depositou em sua conta (dele autor) o valor do financiamento aprovado e que a partir de então, perdeu o contato com a requerida.

Devidamente citado (fls. 22), a requerida deixou de apresentar contestação (cf. fls. 24).

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado no termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presume-se que a ré aceita como verdadeiros os **fatos** alegados na inicial (art. 319, CPC).

Nessa medida, ela **tem obrigação** de regularizar a transferência do veículo para “seu nome” como pedido na portal e previsto, em destaque, em todos documentos de transferência de veículos, emitidos no Território Nacional.

Como se observa a fls. 13, até o momento o aludido inanimado “circula” em nome do autor, situação evidentemente irregular e que vem trazendo a ele claros inconvenientes.

Nessa linha de pensamento, o juízo deve emitir uma ordem de cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 123 da Lei 9.503/97 (CTB), *in verbis*: “no caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de 30 (trinta) dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas”.

E a clareza desse dispositivo dispensa maior esforço retórico.

No mais, tendo ocorrido a tradição é da adquirente o obrigação de pagar os tributos lançados sobre o bem após aquele ato (que nos autos foram indicados a fls. 11 e ss).

Em relação ao pleito de Dano Moral

O art. 123 do Código de Trânsito determina que para a obtenção de novo certificado de registro, o proprietário tem trinta dias para a adoção das providências necessárias; mas, ao “vendedor”, é imposta a responsabilidade de informar a alienação à autarquia, sob pena de ser responsabilizado solidariamente por futuras penalidades (art. 134 do mesmo estatuto).

Essa responsabilidade do vendedor e do comprador é solidária até a data da comunicação da transferência da propriedade ao órgão de trânsito, até porque, enquanto não se receber tal comunicação o órgão de trânsito ignora o ato.

Verifica-se, no caso em questão, que o autor não comunicou a transferência do automóvel como deveria (v. Fls. 18/19), assumindo, desta forma, a responsabilidade pelos atos subsequentes. Portanto, tem grande parcela de responsabilidade nos dissabores que acabou experimentando.

Nesse sentido os seguintes arestos:

TJRJ-035793) APELAÇÃO. DANO MORAL.
 RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

JUNTO AO DETRAN. - (Apelação Cível nº 2005.001.02275, 2ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Des. Jesse Torres. j. 26.04.2005).

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO - RITO SUMÁRIO - COMPRA E VENDA DE VEÍCULO - TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN NÃO REALIZADA - RESPONSABILIDADE DO APELANTE - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO POSTERIORES AO NEGÓCIO - MULTAS LAVRADAS EM NOME DO PROPRIETÁRIO ORIGINÁRIO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - APELANTE QUE NÃO CONFIGURA SIMPLES INTERMEDIÁRIA - LEGITIMIDADE PASSIVA VERIFICADA - DANO MORAL - IMPOSSIBILIDADE - RECURSOS DESPROVIDOS.

Como se tal não bastasse, o autor se limitou a receber notificação de cobrança do IPVA sem maiores consequências (seu nome não foi lançado em qualquer órgão de restrição).

Assim, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de determinar que a requerida, **MARIA FERNANDA PIASSI PEREIRA ME**, concretize a transferência do veículo para seu (dela) nome, em 10 dias, a contar da intimação que lhe será endereçada, após o trânsito desta decisão.

Caso o prazo definido passe "*in albis*", sem a referida transferência, esta sentença servirá como título para que o autor diligencie junto ao órgão de trânsito obtendo as devidas alterações no seu "sistema", constando no cadastro do inanimado, a requerida, **MARIA FERNANDA PIASSI PEREIRA ME.**, como adquirente/financiada. Assim, o nome do autor deve ser excluído.

Reconheço, outrossim, que cabe a ela (ré) pagar ao autor os valores de IPVA, lançado sobre o inanimado a partir de maio de 2010, data da transação, conforme mencionado na portal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Por fim, **INDEFIRO o pleito de danos morais.**

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

Sucumbente arcará a requerida com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, por equidade, em R\$ 724,00.

P. R. I.

São Carlos, 24 de setembro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**